

RECURSO ESPECIAL Nº 1.766.518 - PR (2018/0236240-8)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : MASANORI OKAMOTO
RECORRENTE : MIYOCO ISHIMOTO OKAMOTO
RECORRENTE : RIOSUKE KAWAKAMI
RECORRENTE : MASSAKO KAWAKAMI
ADVOGADO : ALENCAR LEITE AGNER E OUTRO(S) - PR010419
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por MASANORI OKAMOTO E OUTROS, com base no art. 105, III, **a e c**, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. CESSÃO DE CRÉDITOS À UNIÃO. EXECUÇÃO FISCAL. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA.

1 - Ante a taxatividade da lei, é descabida a pactuação da comissão de permanência nas cédulas de crédito rural.

2 - Podem ser cobrados, por meio de execução fiscal, créditos da Fazenda Pública, mesmo que não tenham natureza tributária. A legislação inclui os contratos e garantias como possibilidades de dívida de natureza não-tributária.

3 - Nos termos do art. 3º, parágrafo único, da LEF, a dívida ativa regularmente inscrita goza de presunção 'juris tantum' de certeza e liquidez, só podendo ser afastada por prova inequívoca. A inscrição, por sua vez, gera a certidão de dívida ativa, a qual constitui título executivo extrajudicial para efeito de ajuizamento da execução pelo rito especial da Lei nº 6.830, de 1980" (fl. 417e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, parcialmente providos, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ARTIGO 1.022 DO CPC/2015.

1. Não havendo comprovação do montante resultante da alienação dos Certificados e de que tal valor foi suficiente para quitação atualizada do débito, não há como presumir que a dívida foi adimplida.

2. Quanto aos demais pontos, a decisão embargada enfrentou a questão de forma clara e suficientemente fundamentada, expressando o entendimento desta Turma.

3. Acolhidos parcialmente os embargos, inclusive, para fins de

prequestionamento" (fl. 465e).

Os recorrentes sustentam, nas razões de seu Recurso Especial, além de divergência jurisprudencial, ofensa aos arts. 1.022 do CPC/2015, 4º da Lei 1.060/50, 5º, LXXIV, da Constituição Federal, 2º, §5º, da Lei 6.830/80, 202 e 203 do CTN, 7º da MP 2.196-3/2001, 6º, 267, VI e VI, 283 do CPC/73, 288 e 849 do Código Civil, 51 do CDC, argumentando, em síntese, que: **(a)** "as questões objeto de omissão, contradição e obscuridade no acórdão recorrido são essenciais para a lide e são em síntese as seguintes, remetendo-se as razões às expostas nos embargos de declaração por brevidade: a) Omissão - Inversão do ônus da prova – necessidade da prova testemunhal e depoimento pessoal – pericial; b) Omissão - Inexistência de instrumento de cessão – ilegitimidade ativa; c) Omissão - Inexistência da alegada dívida de encargos adicionais quando da cessão dos certificados do tesouro nacional para quitação da dívida principal – ausência de caráter autônomo dos encargos adicionais. d) Justiça gratuita" (fl. 484e); **(b)** "basta a afirmação de que não possui condições de arcar com as custas e honorários, sem prejuízo próprio e de sua família, na própria petição inicial ou em seu pedido, a qualquer momento do processo, para a concessão do benefício" (fl. 485e); **(c)** "os Recorrentes não foram intimados para participar do processo administrativo, sendo que por tal é nulo o mesmo e, por consequência, é nula a CDA, inexistindo força executiva e presunção de veracidade a mesma" (fl. 488e); **(d)** "a União (aqui recorrida) não possui legitimidade para executar (cobrar) e nem inscrever em dívida ativa os Créditos que se diz sub-rogada pela Medida Provisória nº 2196-3/2001, porque tal situação ofende o art. 173 da CF (matéria do Recurso Extraordinário) e o art. 7º da referida Medida Provisória" (fl. 489e); **(e)** "não há nos autos documento que comprove ou ao menos indique a ocorrência de negócio jurídico entre a Exeqüente e o Banco do Brasil S.A. (credor originário do alegado crédito), pelo que não há indícios nem prova da existência de legitimidade da União para pretender o recebimento do suposto crédito" (fl. 491e); **(f)** "ocorreu quebra do equilíbrio contratual entre as partes em favor do Fornecedor (Banco do Brasil S.A.), pelo que previsão de condição resolutiva da escritura e a incidência de novos encargos (básicos e adicionais), a previsão de vencimento e cobrança do principal e encargos básicos mesmo tendo havido a cessão dos certificados no mesmo valor do principal para pagamento e a previsão de autonomia do crédito dos encargos adicionais são abusivas e nulas de pleno direito, conforme estipula o Código de Defesa do Consumidor como se passa a esclarecer melhor" (fl. 494e); **(g)** "este crédito, mesmo que cedido a ente público, não perde a natureza de crédito de direito privado. Por isso, não tem o condão de ser executado por Execução Fiscal, como reconhece a jurisprudência pátria" (fls. 495/496e); **(h)** "conforme demonstrado a escritura pública e dos atos que lhe sucederam (cessão para UNIÃO da escritura pública), houve quitação do principal e por tal, não existe a dívida inscrita na CDA" (fl. 496e).

Requerem, ao final, o provimento do recurso

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 520/521e).

A pretensão não merece acolhida.

Inicialmente, o Recurso Especial não constitui a via adequada para análise de maltrato a dispositivo de índole constitucional, matéria da competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, III, **a**, da Constituição Federal.

Em relação ao art. 1.022, parágrafo único, II, do CPC/2015, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 408.492/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/10/2013; STJ, AgRg no AREsp 406.332/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/11/2013; STJ, AgRg no REsp 1360762/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/09/2013.

Nesse sentido:

"RECURSO FUNDADO NO NOVO CPC/2015. TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO NOVO CPC/2015.

1. O Plenário do STJ, na sessão de 09.03.2016, definiu que o regime recursal será determinado pela data da publicação da decisão impugnada (Enunciado Administrativo n. 2/STJ). Logo, no caso, aplica-se o Novo CPC/2015.

2. **De acordo com a norma prevista no artigo 1.022 do Novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão da decisão recorrida ou erro material.**

3. **No caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.**

4. Considerando que os embargos declaratórios vertentes são os primeiros opostos pela ora embargante, não há se falar em intuito manifestamente protelatório a ensejar a multa prevista no § 2º do art. 1.026 do Novo CPC/2015.

5. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl nos EDcl no AgRg no AgRg no REsp 1.087.921/DF, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 12/08/2016).

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.

2. Argumenta-se que as questões levantadas no agravo denegado, capazes, em tese, de infirmar a conclusão adotada monocraticamente, não foram analisadas pelo acórdão embargado (art. 489 do CPC/2015).

Entende-se, ainda, que o art. 1.021, § 3º, do CPC/2015 veda ao relator limitar-se à reprodução dos fundamentos da decisão agravada para julgar improcedente o agravo interno.

3. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.

4. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl no AgRg nos EREsp 1.483.155/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, DJe de 03/08/2016).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUPOSTA OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. TRIBUTÁRIO. TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ANÚNCIOS.

1. **'Se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte'** (AgRg no Ag 56.745/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJ de 12.12.1994).

2. A análise da legislação local, a fim de que se verifique a regularidade da notificação por meio de edital e a legitimidade da base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Anúncios, é obstada, por analogia, pelo disposto na Súmula 280/STF, segundo a qual: 'Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.'

3. No que se refere à cognição acerca da existência de efetiva notificação acerca do tributo cobrado, bem como do regular exercício do poder de polícia, tal providência está atrelada aos aspectos fático-probatórios da causa, cujo reexame é inviável em sede de recurso especial, tendo em vista a circunstância obstativa decorrente

do disposto na Súmula 7/STJ.

4. Por fim, considerando que a cobrança da Taxa de Fiscalização de Anúncios efetuada pelo Município de Belo Horizonte/MG tem por fundamento o exercício do poder de polícia – cuja constitucionalidade tem sido reiteradamente reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal: AI-AgR 618.150/MG, 2ª Turma, Rel. Min. Eros Grau, DJ de 27.4.2007; AI-AgR 554.508/MG, 1ª Turma, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ de 4.8.2006; AI-AgR 445.467/MG, 2ª Turma, Rel. Min. Nelson Jobim, DJ de 19.12.2003; RE 216.207/MG, 1ª Turma, Rel. Min. Ilmar Galvão, DJ de 25.6.1999 –, mostra-se irrelevante qualquer discussão acerca dos requisitos que fundamentam a cobrança de taxa decorrente da 'utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição' (art. 77 do CTN).

5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido" (STJ, REsp 801.101/MG, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 23/04/2008).

Por outro lado, por simples cotejo entre as razões do Recurso Especial e os fundamentos dos acórdãos recorridos, observa-se que as teses de direito à gratuidade de justiça (4º da Lei 1.060/50) e ocorrência da quebra do equilíbrio contratual (art. 51 do CDC), sequer implicitamente, foram apreciadas pelo Tribunal de origem, não obstante terem sido opostos Embargos de Declaração, para tal fim.

Por essa razão, à falta do indispensável prequestionamento, não pode ser conhecido o Recurso Especial, no ponto, incidindo o teor da Súmula 211 do STJ ("inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição dos embargos declaratórios, não foi apreciado pelo Tribunal *a quo*").

Acrescente-se que referidas matérias sequer foram objeto dos Embargos Declaratórios opostos na origem.

No que diz respeito ao mérito, a Primeira Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial 1.123.539/RS, sob o rito dos recursos repetitivos, firmou jurisprudência segundo a qual a MP 2.196-3/2001, editada para fortalecer as instituições financeiras federais, transferiu para a União os créditos titularizados pelo Banco do Brasil, sendo a execução fiscal o instrumento cabível para a respectiva cobrança, não importando a natureza pública ou privada dos créditos em questão.

Nesse sentido:

"ADMINISTRATIVO. COBRANÇA. CRÉDITOS COBRADOS EM EXECUÇÃO FISCAL. CDA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. INEXISTENTE. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO.

I - Não existe a alegada violação do art. 535 do CPC/73, pois a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida,

como se depreende da análise do acórdão recorrido.

II - Na verdade, a questão não foi decidida conforme objetivava a recorrente, uma vez que foi aplicado entendimento diverso. É sabido que o juiz não fica obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações das partes, nem a ater-se aos fundamentos indicados por elas ou a responder, um a um, a todos os seus argumentos, quando já encontrou motivo suficiente para fundamentar a decisão, o que de fato ocorreu.

III - **A Primeira Seção, no julgamento do Recurso Especial 1.123.539/RS, sob o rito dos recursos repetitivos, assentou compreensão segundo a qual MP 2.196-3/2001, editada para fortalecer as instituições financeiras federais, transferiu para a União os créditos titularizados pelo Banco do Brasil, sendo a execução fiscal o instrumento cabível para a respectiva cobrança, não importando a natureza pública ou privada dos créditos em questão** (REsp 1.123.539/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/12/2009, DJe 1º/02/2010.)

IV - Verifica-se que o Tribunal *a quo* decidiu de acordo com esta Corte, que sedimentou o entendimento de que a capitalização de juros é permitida nas hipóteses expressamente autorizadas por norma específica em mútuo rural, comercial ou industrial, desde que pactuada. Nesse sentido, as ementas dos seguintes julgados: AgRg no REsp 1.183.065/MS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 10/8/2012; AgRg no REsp 1.264.225/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 27/6/2012.)

V - No caso, o Tribunal de origem consignou no acórdão recorrido a expressa previsão contratual. É o que se infere da leitura do seguinte excerto do voto condutor do acórdão recorrido (fl. 346): 'Autorizada, portanto, pela legislação e pela jurisprudência, e devidamente estipulada na cláusula que cuida dos encargos financeiros incidentes na cédula de crédito rural originária, a capitalização mensal dos juros há de ser mantida, mantendo-se a sentença, neste item.'

VI - Agregue-se, nesse contexto, que a modificação das premissas fáticas preconizadas no acórdão demandaria reexame do contrato e da matéria fática dos autos, tarefa vedada pelos óbices dos enunciados 5 e 7 da súmula do STJ.

VII - Esta Corte sedimentou jurisprudência no sentido de que a Taxa SELIC não deve ser aplicada às cédulas de crédito rural, tendo em vista possuir regramento próprio. A propósito, confirmam-se julgados da Segunda Turma do STJ: STJ, AgRg no Ag 1.340.324/PR, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/3/2011; STJ, REsp 1.127.805/PR, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/10/2009; STJ, REsp 1.326.411/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/2/2013.). Correta portanto, a

decisão recorrida que deu parcial provimento ao recurso especial para afastar a incidência da taxa SELIC sobre as cédulas de crédito rural.

VIII - Ressalte-se que o teor do referido enunciado aplica-se, inclusive, aos recursos especiais interpostos com fundamento na alínea a do permissivo constitucional.

IX - O Tribunal de origem, soberano das circunstâncias fáticas e probatórias da causa, confirmou a decisão recorrida por entender estarem presentes todos os requisitos essenciais para a validade da CDA. É o que se infere da leitura do seguinte excerto do acórdão recorrido, que corroborou os termos da sentença (fl. 344, e-STJ): 'Também não socorre os embargantes a alegação de iliquidez e incerteza dos títulos em questão, eis que preenchidos os requisitos legais para sua regular validade e constituição (valor originário da dívida repassada à União, expresso em reais, termos iniciais e finais, forma de calcular os juros e demais encargos, com referência a todos os dispositivos legais aplicáveis à espécie). Do mesmo modo informa-se a origem, natureza, fundamento legal e os números dos processos administrativos, também sendo possível constatar-se a aposição de assinatura da autoridade competente. Ademais, as certidões de dívida ativa possuem presunção de liquidez e veracidade, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 6.830/80, cabendo ao executado a prova inequívoca para sua desconstituição, o que não ocorreu no caso concreto'.

X - É pacífica a jurisprudência deste Tribunal no sentido de que a aferição da certeza e liquidez da Certidão da Dívida Ativa - CDA, bem como da presença dos requisitos essenciais à sua validade, conduz necessariamente ao reexame do conjunto fático-probatório do autos, medida inexecutável na via da instância especial.

XI - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt nos EDcl no REsp 1.610.756/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 08/10/2018).

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. CESSÃO À UNIÃO. MP 2.196-3/2001. REGULARIDADE.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, 'aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça' (Enunciado Administrativo n. 2)

2. A Primeira Seção, no julgamento do Recurso Especial 1.123.539/RS, sob o rito dos recursos repetitivos, assentou compreensão segundo a qual a MP 2.196-3/2001, editada para

fortalecer as instituições financeiras federais, transferiu para a União os créditos titularizados pelo Banco do Brasil, sendo a execução fiscal o instrumento cabível para a respectiva cobrança, não importando a natureza pública ou privada dos créditos em questão.

3. A alegada violação aos arts. 286 e 290 do Código Civil não foi objeto de exame na origem, sendo certo que a mera declaração do Tribunal de origem quanto ao efetivo prequestionamento não supre o referido requisito, considerando a necessidade do exame específico da questão suscitada no recurso excepcional.

4. Agravo interno desprovido" (STJ, AgInt no REsp 1.105.500/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 20/06/2017).

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Acerca da suposta nulidade da CDA em comento, da ausência de comprovação do negócio jurídico celebrado entre os recorrentes e o Banco do Brasil e da alegada quitação da dívida principal, o Tribunal **a quo** se pronunciou nos seguintes termos:

"O Poder Executivo entendeu presentes os requisitos de urgência e relevância e editou Medida Provisória para criação do Plano de Fortalecimento das Instituições Financeiras. Com isto, os créditos do Banco do Brasil, no caso em exame, passaram a integrar a esfera patrimonial da União. Assim, para a cobrança dos referidos créditos, são disponibilizados os meios legais próprios, no caso, o processo de execução fiscal.

Em síntese, a medida provisória é veículo normativo com força de lei e, como tal, transferiu os créditos à União, autorizando a cobrança por meio de execução fiscal. Destarte, não há vício de ilegalidade e/ou inconstitucionalidade na operação de crédito.

(...)

Acerca da validade das CDAs, nos termos do art. 3º, parágrafo único, da LEF, a dívida ativa regularmente inscrita goza de presunção 'juris tantum' de certeza e liquidez, só podendo ser afastada por prova inequívoca. A inscrição, por sua vez, gera a certidão de dívida ativa, a qual constitui título executivo extrajudicial para efeito de ajuizamento da execução pelo rito especial da Lei nº 6.830, de 1980.

Os requisitos formais para a validade da CDA estão previstos no artigo 2º, §5º, da Lei de Execução Fiscal:

Art. 2º - Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública aquela definida como tributária ou não tributária na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com as alterações posteriores, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

(...) § 5º - O Termo de Inscrição de Dívida Ativa deverá conter:

I - o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;

II - o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato;

III - a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;

IV - a indicação, se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;

V - a data e o número da inscrição, no Registro de Dívida Ativa; e VI - o número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

Conforme se vê da documentação constante do feito, não há qualquer desobediência a tais dispositivos" (fls. 413/414e).

"A embargante alega, em síntese, que houve a quitação do valor principal da dívida em razão da cessão ao Banco do Brasil dos Certificados do Tesouro, de modo que inexistem os encargos adicionais que estão sendo cobrados nas CDA's.

Quanto à alegação de quitação do principal com Certificados do Tesouro Nacional - CTN, verifico que a Cláusula Décima da Escritura Pública (evento 01 - OUT17, dos embargos) efetivamente contém tal previsão. Contudo, isso não significa que houve quitação integral do débito, porquanto há previsão de que o devedor cede os referidos CTN's como forma de pagamento do principal da dívida, atualizados pelos encargos financeiros. Assim, não havendo comprovação do montante resultante da alienação desses Certificados e de que tal valor foi suficiente para quitação atualizada do débito, não há como presumir que a dívida foi adimplida.

Além disso, repiso que as CDAs revestem-se de força executiva, de acordo com o art. 3º da Lei nº 6.830/80, cuja presunção de executoriedade somente pode ser elidida por prova inequívoca a cargo do devedor, ônus do qual o embargante não se desincumbiu.

(...)" (fl. 462e).

Nesse contexto, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

Assinale-se, também, o não cabimento do Recurso Especial com base no dissídio jurisprudencial, pois as mesmas razões que inviabilizaram o conhecimento do apelo, pela alínea **a**, servem de justificativa quanto à alínea **c** do permissivo constitucional.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, **conheço em parte** do Recurso Especial, e, **nesta parte, nego-lhe provimento**.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que, na origem, não houve prévia fixação de honorários sucumbenciais.

I.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora